



revista  
**CIDADES**

volume 12 | número 21 | 2015

# URBANIZAÇÃO DIFUSA

## SUMÁRIO

PALAVRAS DO EDITOR.....	1
<i>Silvana Maria Pintaudi</i>	
DOSSIÊ: URBANIZAÇÃO DIFUSA E CIDADE DISPERSA	
APRESENTAÇÃO.....	2
<i>Maria Encarnação Beltrão Spósito</i>	
CONTRAURBANIZAÇÃO, PERIURBANIZAÇÃO, CIDADE DISPERSA E REDE DE CIDADES NA ITÁLIA .....	14
Counter-urbanization, peri-urbanization, disperse city and city networks in Italy <i>GIUSEPPE DEMATTEIS</i>	
CONTRO-URBANIZZAZIONE, PERIURBANIZZAZIONE, CITTA' DISPERSA E RETI DI CITTA' IN ITALIA.....	35
Counter-urbanization, peri-urbanization, disperse city and city networks in Italy <i>GIUSEPPE DEMATTEIS</i>	
MANIFESTACIONES DE LA DISPERSIÓN URBANA EN EL ENTORNO DE LAS CIUDADES MEDIAS: RESPUESTAS CONVERGENTES EN CONTEXTOS DIFERENTES.....	55
Manifestations of the urban dispersion in the environment of the medium sized cities. Con- vergent answers in different contexts <i>FRANCISCO CEBRIÁN ABELLÁN</i>	
DISPERSÃO URBANA E MODERNIZAÇÃO CAPITALISTA.....	91
Urban dispersion and capitalist modernization <i>NESTOR GOULART REIS</i>	
FORMA E EXPANSÃO URBANAS NO BRASIL: FATOS E HIPÓTESES. PRIMEIROS RE- SULTADOS DO BANCO DE DADOS BRASIPOLIS.....	108
Shape of agglomeration and urban sprawl in brasil: facts and hypothesis first results from <i>brasipolis</i> database <i>CATHY CHATEL E MARIA ENCARNÇÃO BELTRÃO SPOSITO</i>	
FORME ET ETALEMENT URBAIN AU BRESIL: FAITS ET HYPOTHESES PREMIERS ENSEIGNEMENTS DE LA BASE DE DONNEES BRASIPOLIS.....	153
Shape of agglomeration and urban sprawl in brasil: facts and hypothesis first results from <i>brasipolis</i> database <i>CATHY CHATEL E MARIA ENCARNÇÃO BELTRÃO SPOSITO</i>	
A DISPERSÃO URBANA É MESMO “URBANA”? DINÂMICAS ESPACIAIS E VALORES ANTROPOLÓGICOS NA FRANÇA.....	197
L'étalement urbain est-il vraiment “urbain”? Dynamiques spatiales et valeurs anthropologiques en France <i>François Moriconi-Ebrard</i>	

L'ETALEMENT URBAIN EST-IL VRAIMENT « URBAIN » ? DYNAMIQUES SPATIALES ET VALEURS ANTHROPOLOGIQUES EN FRANCE.....	225
A dispersão urbana é mesmo “urbana”? Dinâmicas espaciais e valores antropológicos na França	
<i>François Moriconi-Ebrard</i>	
DISPERSÃO URBANA: APONTAMENTOS PARA UM DEBATE.....	250
Dispersion urbaine: notes pour un débat	
<i>IGOR CATALÃO</i>	
CIDADES EXCÊNTRICAS OU NOVAS PERIFERIAS?.....	278
Eccentric cities or new peripheries?	
<i>ESTER LIMONAD E HELOISA SOARES DE MOURA COSTA</i>	
CIDADES E CENTRALIDADES NA AMAZÔNIA: DOS DIFERENTES ORDENAMENTOS TERRITORIAIS AO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DIFUSA.....	305
Cities and urban centralities in the amazon region: from the different territorial arrangements to the diffuse urbanization process	
<i>SAINT-CLAIR CORDEIRO DA TRINDADE JÚNIOR</i>	
NA BUSCA DE SIMILITUDES... A DIVERSIDADE NA URBANIZAÇÃO E NA DISPERSÃO URBANA SURGE NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO PÓS-1990.....	335
In seeking for similitudes... The diversity in urbanization and in urban dispersion arises in the state of Rio de Janeiro in post-1990	
<i>MARIA DE LOURDES PINTO MACHADO COSTA E TATIANA DE SOUZA GASPAR</i>	
ORIGENS E EVOLUÇÃO DO PROCESSO DE DISPERSÃO URBANA NO VALE DO PARAÍBA FLUMINENSE.....	359
The origins and evolution of urban sprawl process in the vale do paraíba fluminense (Rio de Janeiro-Brazil)	
<i>JÚLIO BENTES</i>	
TRANSFORMAÇÕES RECENTES NA ÁREA METROPOLITANA DE FORTALEZA – A EXPANSÃO NO EIXO SUDESTE.....	400
Recent changes in metropolitan area of Fortaleza-Ce, Brasil – expansion in southeast axis	
<i>BEATRIZ HELENA NOGUEIRA DIÓGENES</i>	
<b>FORA DO DOSSIÊ</b>	
O MUNDIAL E O PLANETÁRIO.....	441
<i>HENRI LEFEBVRE</i>	

# **CIDADES E CENTRALIDADES URBANAS NA AMAZÔNIA: DOS DIFERENTES ORDENAMENTOS TERRITORIAIS AO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DIFUSA**

**SAINT-CLAIR CORDEIRO DA TRINDADE JÚNIOR**  
Universidade Federal do Pará  
Belém/PA, Brasil  
Núcleo de Altos Estudos Amazônicos  
stclair@ufpa.br

## **RESUMO**

O trabalho analisa elementos da particularidade regional amazônica em face do processo de urbanização difusa que está em curso no contexto regional. Considerando os diferentes arranjos territoriais que se fizeram presentes na história regional, bem como a modernização do espaço que se manifesta hoje, o artigo busca compreender o papel das cidades médias e a importância do fenômeno urbano para as mudanças recentes na Amazônia. Por fim, sugere-se reconhecer três principais formas de centralidades urbanas como uma possível base referencial para pensar a urbanodiversidade e as peculiaridades espaciais que configuram o vasto território brasileiro.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ordenamento Territorial. Urbanização Difusa. Cidades Médias. Centralidades Urbanas. Amazônia.

CITIES AND URBAN CENTRALITIES IN THE AMAZON REGION: FROM THE DIFFERENT  
TERRITORIAL ARRANGEMENTS TO THE DIFFUSE URBANIZATION PROCESS

## **ABSTRACT**

The article analyzes elements of the regional particularity in the Amazon Region in face of the diffuse urbanization process which is in progress in the regional context. Considering the different territorial arrangements in the regional history as well as the modernization of the space today, the paper intends to understand the role of the middle cities and the importance of the urban phenomenon for the recent changes in the Amazon Region. Finally, it is suggested to recognize three

main urban centralities as a possible basis for to think the urban-diversity and the spatial peculiarities in the extensive Brazilian territory.

**KEYWORDS:** Territorial Arrangements. Diffuse Urbanization. Middle Cities. Urban Centralities. Amazon Region.

## INTRODUÇÃO

Muito se tem questionado sobre a concepção de Amazônia como um imenso espaço vazio. Apresentada em discursos diversos como uma região de ocupação descontínua, de população rarefeita, de incipiente desenvolvimento, de civilizações não modernas, os olhares que referenciam a região parecem captá-la sempre de fora; daí a dificuldade de reconhecê-la a partir de atributos endógenos, como se essa região estivesse em uma espécie de linha e escala evolutivas cuja referência parece ser outros mundos, outras civilizações, outras regiões.

Em parte, isso pode ser compreendido pelo simples fato de que sua dinâmica atual se deve, em grande medida, a processos que se constituíram a partir de outras referências regionais, tendo sido incorporada gradativamente a novas lógicas de ocupação desde, mesmo, o início da colonização europeia, conforme mostra a historiografia que fala da construção dessa região a partir do imaginário europeu, de cujo principal exemplo é o seu próprio nome.

Isso vai implicar, igualmente, no perfil de seu processo de urbanização, como sendo a região com o menor número de metrópoles, com a presença representativa de pequenos núcleos populacionais que não são vistos verdadeiramente como urbanos, ainda que sejam oficialmente tidos como cidades, e pela menor presença de cidades médias, se comparada a outras regiões com maior ritmo de modernização do território e maior dinamismo econômico.

Partindo do reconhecimento da complexidade territorial brasileira, assim como da diversidade de cidades e de seu processo de urbanização, pretende-se

aqui<sup>1</sup> chamar a atenção para algumas particularidades dessa região e de seus ordenamentos territoriais ao longo de sua história, a fim de se pensar em outras possibilidades de olhar as cidades e o processo de urbanização em curso na Amazônia. Para isso, tomam-se como referência as cidades de nível intermediário na rede urbana regional, especialmente as cidades médias<sup>2</sup>, e busca-se reconhecer, a partir delas, diferentes tipos de centralidades que definem suas respectivas importâncias no interior do contexto regional, em face do processo de urbanização difusa que se faz mais presente hoje.

### DOS ORDENAMENTOS TERRITORIAIS DIVERSOS AO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DIFUSA

De maneira geral, costuma-se associar o início da produção social do espaço amazônico à colonização portuguesa, que se deu a partir do século XVII. O fato é que, antes desse processo de colonização, sociedades diversas aí existentes já eram responsáveis não só pela formação de um espaço socialmente produzido, como por uma dada configuração do território. Isso porque, conforme sustenta Santos (1988), seja qual for o estágio de desenvolvimento de um país ou região, há sempre uma configuração territorial que lhe é correspondente,

[...] formada pela constelação de recursos naturais, lagos, rios, planícies, montanhas e florestas e também de recursos criados: estradas de ferro e

---

<sup>1</sup> Este trabalho sistematiza discussões realizadas no interior dos projetos de pesquisa “O urbano e o regional na compreensão geográfica do espaço amazônico: leituras e abordagens em perspectiva” e “Um olhar geográfico em perspectiva: a Amazônia na abordagem do espaço como instância social”, sob nossa coordenação e responsabilidade, e financiados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), uma entidade do governo brasileiro voltada ao desenvolvimento científico e tecnológico.

<sup>2</sup> Seguindo as discussões que vêm sendo realizadas no interior da Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias (ReCiMe), da qual somos integrantes, consideram-se cidades médias os centros urbanos não metropolitanos cuja natureza e perfil não estão restritos a um quantitativo populacional, ainda que o incluam. Definem-se, notadamente, pela importância e por suas respectivas inserções no cenário regional e, *ipso facto*, caracterizam-se principalmente pela relativa densidade de fixos e de fluxos que atendem não apenas a demandas locais, mas que são fruto de combinações de influências e determinações provenientes de escalas diferenciadas, incluindo-se a de nível global.

de rodagem, condutos de toda ordem, barragens, açudes, cidades, o que for. É esse conjunto de todas as coisas arranjadas em sistema que forma a configuração territorial cuja realidade e extensão se confundem com o próprio território de um país. Tipos de florestas, de solo, de clima, de escoamento, são interdependentes, como também o são as coisas que o homem superpõe à natureza. Aliás, a interdependência se complica e se completa justamente porque ela se dá entre as coisas que chamamos de naturais e as que chamamos de artificiais [...]. A configuração territorial é sempre um sistema, ou melhor, uma totalidade, ainda que inerte (SANTOS, 1988, p. 75-76).

É lícito considerar, entretanto, que as configurações territoriais só têm importância pelos sentidos que lhes são atribuídos pelas sociedades responsáveis por suas existências. Por isso, os espaços sociais, dos quais fazem parte as configurações territoriais, definem-se, conforme o mesmo autor, pela presença indissociável de sistemas de objetos e de ações. Ainda que os sistemas de engenharias – conjunto de fixos, naturais e sociais, diretamente relacionados ao desenvolvimento técnico de uma dada sociedade (SANTOS, 1988) – das populações pré-coloniais não possibilitassem a presença de grandes objetos técnicos na configuração territorial, havia, desde aquele momento, um ordenamento do território que era igualmente expressão da diversidade sociocultural desses numerosos grupos humanos presentes no espaço amazônico, os quais estabeleciam forte interação e dependência com os ecossistemas existentes.

Uma geografia aproximada dessa população pode ser reconhecida a partir dos grupos linguísticos existentes, conforme se observa no Quadro 1.

**Quadro 1: grupos linguísticos da Amazônia brasileira e seus respectivos domínios na época do contato.**

TRONCOS LIN- GUÍSTICOS	Nº DE GRUPOS	DOMÍNIO TERRITORIAL
Tupi	130	Litoral do Pará e Maranhão: bacia do Baixo Amazonas e em sua margem direita, incluindo a ilha de Tupinambarana; bacia do alto Solimões
Aruaque	108	Ao norte do Amazonas, na região das antigas Guianas
Caribe	83	Bacia do alto Amazonas; região do baixo rio Negro; rios Uatumã, Jatapu e Urubu; bacia do Orinoco; litoral das Guianas até a ilha do Marajó
Pano	34	Cabeceira dos rios Purus, Juruá, Javari e Ucayali
Gê	66	Bacia do médio Xingu e do Araguaia-Tocantins; ao sul dos formadores do Tapajós e Madeira
Tucano	26	Noroeste da Amazônia, rio Uaupés
Outras línguas isoladas ou não classificadas	271	Espalhadas em diversas áreas. Esses grupos de origens desconhecidas foram exterminados antes de serem identificados

Fonte: Freire (1983 e 1981); Porro (1996) *apud* Amazonas (s.d).

Mesmo que os conhecimentos sobre essas populações sejam fragmentários, é possível afirmar que o povoamento era mais antigo nas áreas periféricas e nas cabeceiras dos rios, e mais recente, nos baixos cursos fluviais (HISTÓRIA DOS ÍNDIOS *apud* DROULERS, 2004). Os recursos da floresta, a cerâmica e os demais produtos artesanais conferiram, desde esse momento da pré-colonização, uma importância às vias navegáveis, favorecendo a existência de corredores de contato e de migração entre o litoral e o interior. Portanto, a presença daquilo que Santos (1988) denominou de fixos – correspondentes aos objetos geográficos (naturais e sociais) localizados (fixados) no território – e de fluxos – correspondentes às trocas, ao movimento e à circulação de toda ordem –, normalmente associados às



economias e sociedades ditas modernas, já era fato na organização espacial dessas populações.

Entre os grupos sedentários, provavelmente não havia uma divisão de trabalho, mas é noticiada a existência de conflitos, muitos deles ligados ao controle de zonas ribeirinhas, diferentemente dos grupos das chamadas terras altas, considerados nômades e seminômades, onde a cooperação se fazia mais presente, assim como a ocorrência de conflitos (DROULERS, 2004). Ainda para Droulers (2004), a organização social era relativamente estruturada e as povoações tupi-nambá, por exemplo, chegavam a apresentar entre quatro e oito malocas, as quais abrigavam de 500 a 2.000 pessoas.

Essa configuração territorial exemplifica a existência de espaços e de territórios que, em grande parte, foram alterados com a chegada do colonizador europeu, responsável por definir uma nova configuração espacial à região. Assim sendo, é com a chegada do colonizador, sem dúvida, que passa a ocorrer uma nova lógica de ocupação, definindo um novo ordenamento territorial.

De início, esse ordenamento territorial imposto passou a se caracterizar por um padrão espacial que valorizava os elementos dos ecossistemas existentes, denominado por Porto-Gonçalves (2001) de “rio-várzea-floresta”. Ele permaneceu praticamente inalterado até o início da produção extrativa da borracha. As redes de circulação de mercadorias, de informações e de pessoas definiam aquilo que Corrêa (1987) identificou como um padrão simples de organização espacial, com base no estudo da rede de cidades.

Os primeiros núcleos e povoamentos sob o controle da Coroa portuguesa não eram difusos, mas estavam localizados ao longo dos rios, normalmente em espaços estratégicos que serviam de entrepostos à coleta, ao armazenamento e à distribuição dos produtos originados da floresta e dos espaços de produção agrícola do entorno. As vias fluviais, portanto, desempenhavam papel fundamental no

processo de circulação de mercadorias, pessoas e informações, inicialmente devido à exploração das “drogas do sertão” e, posteriormente, a outros fatores, tais como a agricultura comercial e a exploração da borracha.

Ao analisar o desenho configurado a partir desse ordenamento territorial de base primário-exportadora, é fácil associá-lo ao formato de uma árvore, cujo tronco é o rio principal, o Amazonas, por exemplo, e os galhos e ramos, os diversos afluentes e subafluentes. Por isso esse tipo de ordenamento territorial é do tipo dendrítico, no qual se observam as seguintes características: 1) a existência de uma cidade que se destaca pela sua importância, localização e grandeza; 2) um grande número de cidades pequenas com funções muito parecidas e situadas próximas aos locais de produção ou em espaços estratégicos para a distribuição das mercadorias; 3) um número insignificante de núcleos de povoamento de porte intermediário; 4) concentração das riquezas na(s) cidade(s) principal(is) e em espaços externos à região (CORRÊA, 1987).

#### Quadro 2: padrão de ordenamento territorial simples: dendrítico (1616-1850).

FASES	ASPECTOS DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO REGIONAL	PRINCIPAIS ELEMENTOS RELACIONADOS À CONFIGURAÇÃO TERRITORIAL
1616 a 1655	Início da conquista do território amazônico.  Interesse em assegurar a defesa do território.  Perspectiva de controle econômico.	Fundação da cidade de Belém (1616).  Definição de espaços estratégicos de controle político-militar.  Criação dos primeiros núcleos de povoamento - como Souza do Caeté (Bragança) em 1633, Vila Viçosa de Santa Cruz do Cametá (Cametá) em 1635, Santo Antônio de Gurupá (Gurupá) em 1639, e Vigia em 1639 - a partir de Belém.
	Economia baseada no trabalho indígena e no sistema de aviamento.	Surgimento de núcleos populacionais ao longo do vale do Amazonas - embrião de rede urbana amazônica.

<p>1655 a 1750</p>	<p>Controle e gestão da vida econômica e social pelas ordens religiosas.</p> <p>Economia voltada para a exportação das “drogas do sertão”.</p>	<p>Presença de fortins e aldeias missionárias ao longo dos vales dos rios.</p> <p>Surgimento de aldeias missionárias - Ex. Surubiú (Alenquer), Jamundás (Faro), Gurupatiba (Monte Alegre), - próximas às aldeias indígenas, ou sob a proteção de um fortim às margens do Amazonas ou na foz de seus afluentes - Ex.: Santarém (Tapajós), Óbidos (Amazonas).</p> <p>Reafirmação de Belém como centro regional.</p> <p>A floresta como principal espaço de produção.</p>
<p>1750 a 1778</p>	<p>Expansão das atividades produtivas.</p> <p>A Companhia Mercantil do Grão-Pará e Maranhão assume o controle econômico e mercantil.</p> <p>Doação de terras para colonos e soldados.</p> <p>Política pombalina de inserção da economia amazônica no mercado mundial - expulsão dos jesuítas.</p> <p>Introdução da mão de obra escrava africana e estímulo a uma agricultura comercial (cacau, café, fumo, anil, baunilha etc.) e à pecuária.</p> <p>Ratificação do sistema de aviamento - importação de produtos manufaturados e produção exportável.</p>	<p>Ratificação e reforço da estrutura urbana ao longo dos vales fluviais.</p> <p>Primazia de Belém no controle comercial.</p> <p>Surgimento de novos espaços de produção ligados à agricultura comercial.</p> <p>Transformação de aldeias missionárias em vilas, com denominações portuguesas: Alenquer, Aveiro, Faro, Óbidos, Santarém, Nova Cintra (Maracanã), Vila Del Rey (Curuçá) etc.</p> <p>Belém passa a ser a capital do Grão-Pará e Maranhão por sua importância e razões locais.</p> <p>A floresta e as áreas de cultivo como principais espaços de produção.</p>
	<p>Estagnação econômica regional.</p>	<p>Estagnação na vida urbana.</p> <p>Concentração dos recursos e das riquezas em Belém.</p>

CIDADES E CENTRALIDADES URBANAS NA AMAZÔNIA:  
DOS DIFERENTES ORDENAMENTOS TERRITORIAIS AO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DIFUSA

1778 a 1850	<p>Queda da demanda de produtos regionais no mercado europeu – declínio econômico regional.</p> <p>Extinção da Companhia do Grão-Pará e Maranhão.</p> <p>Arrefecimento da expansão agrícola.</p>	<p>Existência de vários núcleos pequenos e de pouca concentração de riquezas.</p> <p>Ausência de cidades de tamanho intermediário.</p> <p>Formação de uma rede urbana dendrítica.</p>
-------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Org.: Saint-Clair Trindade Jr. com base em Corrêa (1987).

A partir do século XIX, o padrão de ordenamento territorial que até então era simples, de caráter dendrítico, e não difuso, passou a se alterar, tornando-se misto. Os rios, ainda que permanecessem como principais vias de circulação, começaram a dividir com as poucas ferrovias o papel relacionado à circulação regional. Outras cidades surgiram ou cresceram, não somente em função das vias fluviais, mas também das ferrovias e do processo de colonização agrícola.

A alteração desse padrão começou a ocorrer a partir do período de produção da borracha na Amazônia, quando então outras formas de circulação começaram a compor a organização espacial da região. Nesse momento, a Amazônia conviveu com um padrão predominantemente dendrítico, mas com alterações nas suas bordas, devido à presença das ferrovias, como a Belém-Bragança, a Madeira-Mamoré e a Estrada de Ferro do Tocantins, combinando-se, portanto, com uma nova ordem espacial que timidamente começava a se desenhar, de caráter mais reticular, com a ocupação da terra firme e a presença de colônias agrícolas.

Dá associarmos essa configuração espacial a um ordenamento territorial do tipo misto (dendrítico-retangular), reforçado pelo sistema de aviamento que já vinha sendo observado desde períodos anteriores, prática que não se limitava ao controle econômico da exploração e circulação de produtos como a borracha, mas também sustentava, do ponto de vista político, uma forma de patronato, definidor de oligarquias locais. Por outro lado, o ordenamento territorial e o papel das cidades na rede urbana definiam o espaço geográfico como produto dessas relações

econômicas e políticas, mas também se mostravam como condição e meio para que essas mesmas relações se reproduzissem em nível local e regional.

A modernização do território revelava também o papel que a Amazônia assumia no contexto internacional, principalmente pela importância de produtos extrativos como a borracha e, posteriormente, a castanha, além da produção agrícola. É nesse contexto que o surgimento das ferrovias passou a definir um ordenamento territorial que se associava ao anterior e que foi denominado por Miranda (2009) de padrão “ferrovia-terra firme-colônia”.

As primeiras cidades-empresa (Belterra e Fordlândia, no rio Tapajós) – que serviram de base logística para uma tentativa de recuperação da importância da borracha no cenário mundial, tendo em vista uma produção mais racional desse produto – também datam dessa época. Com uma racionalidade urbana distinta daquela definida pelas cidades ribeirinhas até então predominantes, essas cidades demonstravam, desde esse momento, uma nova tendência que seria dada ao ordenamento territorial em épocas seguintes. De qualquer forma, o padrão misto permaneceu até a inauguração das rodovias na região e a chegada de novas frentes de expansão econômica, responsáveis por inserir definitivamente a Amazônia em uma divisão territorial do trabalho em nível nacional e internacional.

**Quadro 3: padrão de ordenamento territorial misto: dendrítico-retangular (1850-1960).**

FA-SES	ASPECTOS DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO REGIONAL	PRINCIPAIS ELEMENTOS RELACIONADOS À CONFIGURAÇÃO TERRITORIAL
1850	Período do “boom” econômico da borracha e de intensificação da exploração da castanha-do-pará. Superação do problema do sistema de transporte e da escassez da mão de obra.	Intensificação das relações entre os núcleos de povoamento. Rios e ferrovias como vias de circulação. Seringais como principais espaços da produção econômica regional. Surgimento e/ou crescimento de núcleos de povoamento em função da implantação da Estrada

CIDADES E CENTRALIDADES URBANAS NA AMAZÔNIA:  
DOS DIFERENTES ORDENAMENTOS TERRITORIAIS AO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DIFUSA

a 1920	<p>Oferta de capitais para o financiamento da produção.</p> <p>Reforço ao sistema de “aviamento”: viabilização da produção, circulação, consumo, bem como, da estrutura de poder.</p>	<p>de Ferro Belém-Bragança, como Igarapé-Açu, João Coelho (Santa Izabel do Pará), Castanhal, Ananindeua, Anhangá (São Francisco do Pará), Inhangapi e Benevides, ou da intensificação do extrativismo vegetal, como Marabá e Altamira.</p> <p>Revigoração econômico e demográfico de cidades já existentes.</p> <p>Prosperidade de cidades como Belém, Manaus, Santarém e Óbidos em decorrência da economia da borracha.</p>
1920 a 1960	<p>Nova estagnação econômica, fruto da queda da demanda da borracha.</p> <p>Aumento da dívida pública interna e externa.</p> <p>Refluxo populacional e relativa autarcização dos seringueiros.</p> <p>Diminuição absoluta da população das pequenas cidades.</p> <p>Destaque econômico: produção da juta no Médio Amazonas e da castanha-do-pará, no Tocantins/Itacaiúnas e tentativas de redinamização da economia gomífera.</p>	<p>Estagnação urbana.</p> <p>Várzeas, castanhais e colônias agrícolas como principais espaços de produção.</p> <p>Relativo desempenho econômico de espaços ligados à produção da juta e da castanha, como o Baixo Amazonas e o Vale do Tocantins/Itacaiúnas.</p> <p>Novos espaços de produção racional da borracha.</p> <p>Presença de novas formas espaciais urbanas ligadas ao plantio racional de seringueiras.</p> <p>Destaque à função político-administrativa dos capitais dos territórios federais.</p> <p>Belém como principal foco de direção do êxodo rural.</p> <p>Primeiras cidades-empresa associadas ao plantio racional da borracha.</p>

Org.: Saint-Clair Trindade Jr. com base em Corrêa (1987).

A partir da década de 1960, entretanto, com a integração da Amazônia ao restante do país, muitas transformações ocorreram na realidade regional e repercutiram de maneira decisiva na configuração territorial. Um dos fatores que contribuíram para isso foi, sem dúvida nenhuma, a abertura de rodovias, a exemplo

da Transamazônica, da Belém-Brasília, da Cuiabá-Porto Velho, entre outras, que redefiniram e redirecionaram fluxos e induziram o surgimento de novos núcleos urbanos às suas margens.

Assim, a política de integração da região ao restante do país, e também, de maneira mais intensa, ao espaço mundial, imprimiu outra dinâmica econômica ao espaço amazônico, com efeitos já bem conhecidos: a) intensificação do processo migratório inter e intrarregional, notadamente em direção às cidades, dada a dificuldade de acesso à terra agrária; b) fortalecimento e/ou surgimento de cidades, principalmente às margens de rodovias ou na confluência destas com os rios; c) constituição de novas centralidades urbanas sub-regionais, a qual alçou determinados núcleos urbanos à condição de cidades médias; d) presença de grandes projetos econômicos, com bases logísticas próprias – controle de espaços potenciais de recursos naturais, portos, cidades-empresa, ferrovias etc. –; e) projetos de colonização agrária de iniciativa pública e privada, assentados em um modelo de urbanismo rural; e) retração econômica de espaços com economia tradicional, situados em geral, às margens dos rios, ou em áreas de pouca inserção econômica nacional e internacional; g) difusão de frentes de expansão econômica – mineral, agrícola, pecuarista, madeireira etc. – e aparecimento de novos núcleos de povoamento que muitas vezes possibilitaram a criação de novos municípios (CORRÊA, 1987; BECKER, 1990).

É assim que, a partir da década de 1960, uma nova reestruturação do espaço regional passa a ser definida. Dessa feita, com a presença fundamental do grande capital e do Estado que, por meio de infraestrutura, incentivos fiscais e créditos, inaugurou uma fase de rápida ocupação do território em que a presença de empreendedores, especuladores e migrantes definiu uma nova ordem imposta ao território.

Machado (2000) define a configuração da fronteira econômica a partir de diversas frentes e considerando duas lógicas de apropriação do espaço, uma, in-

tencional, patrocinada notadamente pelo Estado, e outra, espontânea, decorrente da dinâmica imprimida por uma leva de migrantes, arrivistas, especuladores e empreendedores que, juntamente com as populações locais já territorializadas, tornaram a fronteira econômica um espaço do encontro e do desencontro de diferentes sujeitos sociais.

A essa nova configuração espacial, Porto-Gonçalves (2001) chamou de padrão “rodovia-terra firme-subsolo”, mas, sem dúvida alguma, trata-se de uma lógica muito mais complexa, que se manifesta sob uma pluralidade de formas e padrões de ocupação difusa. Inicialmente, ela é definida pelo padrão “rodovia-terra firme-colônia”, não descartando completamente a lógica anterior das colônias agrícolas, mas que, posteriormente, conviveu com outras combinações de localização, produção e circulação, como aquela que articula “ferrovia-terra firme-subsolo”. Isso tudo sem que o padrão anterior “rio-várzea-floresta” tenha sido definitivamente substituído; fato este que confere um caráter extremamente complexo ao ordenamento territorial e se torna responsável por uma forma de urbanização menos pontual e linear.

Em estudos mais recentes, Becker (2004) buscou mostrar as mudanças nas estratégias de ordenamento do território amazônico. Para a autora, a grande fronteira hoje assume não só um novo significado como também uma nova escala, que expressam a transição para um novo padrão de inserção do Brasil no sistema mundial, diretamente associado ao modelo de desenvolvimento sustentável.

O novo ordenamento territorial que se configura na região, assegurando uma vertente tecnoecológica de desenvolvimento e superando a ideia de Amazônia como simples fronteira de recursos, incorpora também uma malha socioambiental, caracterizada, entre outras coisas, pela presença de Unidades de Conservação, pela difusão de Reservas Extrativistas, pelo reconhecimento de Terras Indígenas e por uma política ambiental com instrumentos que sugerem maior controle



da exploração dos recursos, ainda que não interditem interesses estritamente ligados a uma política de desenvolvimento clara e predominantemente voltada para o mercado e para as demandas externas.

A nova forma de considerar a região está presente em discursos de diferentes atores, desde as populações tradicionais, passando por movimentos ambientalistas e até mesmo de grandes empresas que atuam na exploração dos recursos naturais da região. Evidentemente, os interesses e as estratégias mostram-se diferenciados, de acordo com cada um desses agentes. São esses mesmos interesses que fizeram Becker (1997), por exemplo, identificar pelo menos três formas de tradução do modelo de sustentabilidade, tendo por base os discursos dos agentes que o mobilizam: a) discurso ecologista, mais associado aos movimentos ambientalistas de conservação; b) geopolítica ecológica, associada principalmente aos empreendimentos que têm interesse em preservar recursos naturais para uma exploração futura; c) projetos alternativos de desenvolvimento, mais ligados às demandas de pequenos produtores e de populações tradicionais.

**Quadro 4: padrão de ordenamento territorial complexo: anastomosado (a partir de 1960).**

FASES	ASPECTOS DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO REGIONAL	PRINCIPAIS ELEMENTOS RELACIONADOS À CONFIGURAÇÃO TERRITORIAL
1960	<p>As rodovias como novos eixos de circulação.</p> <p>Ação intensiva de empresas capitalistas na exploração dos recursos da região.</p> <p>Presença marcante do Estado, através dos incentivos, da criação de infraestrutura e de repartições públicas.</p> <p>Criação de órgãos de planejamentos e financiamento.</p>	<p>Padrão mais complexo de ordenamento territorial.</p> <p>Maior incremento da urbanização regional.</p> <p>A rodovia como importante definidora dos fluxos migratórios e das novas tendências de povoamento regional.</p> <p>Presença de um padrão de urbanismo rural pautado na hierarquia urbana e na racionalidade de ocupação territorial através de agrovilas, agrópolis e ruropólis.</p>

CIDADES E CENTRALIDADES URBANAS NA AMAZÔNIA:  
DOS DIFERENTES ORDENAMENTOS TERRITORIAIS AO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DIFUSA

<p>a 1990</p>	<p>Projetos de colonização agropecuários e minerais.</p> <p>Estrutura fundiária marcada pela grande propriedade rural, com incentivos governamentais.</p> <p>Predomínio de uma mão de obra volante e polivalente.</p> <p>Implantação de grandes projetos.</p> <p>Maior articulação com o Centro-Sul e o Nordeste.</p>	<p>Definição de complexos de produção relacionados à exploração mineral com base logística própria: área de extração, plantas industriais, cidades-empresa, portos, vias de circulação.</p> <p>Presença de povoados e aglomerações urbanas precários e instáveis.</p> <p>Fragmentação política do território através da criação de novos municípios.</p> <p>Revigoração de centros articulados a uma nova dinâmica local ou sub-regional.</p> <p>Estagnação de espaços ligados a uma lógica econômica mais tradicional.</p> <p>Urbanização concentrada nas capitais.</p> <p>Presença de duas metrópoles regionais (Belém e Manaus).</p>
<p>A partir de 1990</p>	<p>Definição de uma nova política de desenvolvimento regional.</p> <p>Convivência de uma economia de fronteira com um vetor tecnoecológico de desenvolvimento.</p> <p>Proposição de Política Nacional Integrada para a Amazônia Legal.</p> <p>Discurso de um crescimento econômico sustentável.</p> <p>Integração amazônica como parte de um projeto nacional de inserção no atual estágio da globalização.</p>	<p>Configuração de uma malha socioambiental convivente com uma malha tecnopolítica definida anteriormente.</p> <p>Fortes conexões de espaços locais e sub-regionais com realidades externas à região.</p> <p>Definição de uma rede urbana com menor rigidez hierárquica.</p> <p>Disseminação de aglomerados rurais precários e instáveis.</p> <p>Redefinição do modelo cidade-empresa e da relação de grandes empreendimentos com o seu entorno.</p> <p>Importância às cidades intermediárias.</p> <p>Presença de espaços pontuais e em manchas articulados aos agronegócios e ao ecomércio.</p> <p>Consolidação de novos centros regionais.</p>

	<p>Busca por uma possível integração das dimensões econômica, social e ambiental.</p> <p>Interesses e projetos diferenciados pautados em um mesmo modelo de desenvolvimento.</p> <p>Prioridades às redes de circulação, de telecomunicações, de energia e de núcleos urbanos.</p>	<p>Crescimento econômico e indícios de modernização em espaços situados em novas frentes de expansão.</p> <p>Reforço à metropolização de Belém e Manaus e configuração de São Luís como mais uma metrópole regional.</p> <p>Maior urbanização do território em sub-regiões de povoamento consolidado.</p> <p>Empobrecimento generalizado de cidades de grande, médio e pequeno porte.</p> <p>Gradativa diferenciação intrarregional, com formação e definição clara de sub-regiões com perfis particulares.</p>
--	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Org.: Saint-Clair Trindade Jr. com base em Corrêa (1987) e Becker (2004).

A urbanização difusa que se verifica regionalmente a partir desse reordenamento territorial mais recente, para além dos rios e das vias terrestres iniciais de colonização, representa, nesse contexto, a projeção e a difusão do fenômeno urbano em nível espacial mais amplo e mais complexo. Nesse processo, as estratégias de desenvolvimento e de difusão da urbanização por todo o território regional tendem a se assentar em pelo menos três principais modelos de ordenamento do território que, não obstante a continuidade existente entre eles, sugerem geometrias bem diferenciadas: os pontos (polos de crescimento), as linhas (eixos de integração) e as zonas (malha socioambiental).

Essas estratégias de ordenamento do território impulsionam a difusão da sociedade urbana para além das principais aglomerações populacionais, alcançando outros espaços até então pouco marcados pela instalação da vida urbana moderna, conforme já demonstramos em outra ocasião:

ainda que a dispersão seja importante para o entendimento do processo de reprodução capitalista em nível metropolitano, a urbanização difusa representa, por sua vez, a projeção desse processo em nível regional e territorial mais amplo, colocando-se para além das principais aglomerações urbanas mais concentradas e alcançando outros espaços até então pouco marcados pela instalação da vida urbana moderna (TRINDADE JR., 2015, p. 4).

Discutindo tal processo como sendo a difusão da sociedade urbana, Lefebvre (1970) mostrou ser a urbanização completa da sociedade uma tendência real e virtual do mundo contemporâneo moderno e que parece se estender igualmente para o espaço amazônico, especialmente a partir da década de 1960, quando então uma nova forma de estruturação do espaço passou a se configurar, dessa feita, com a atuação fundamental do Estado e do grande capital.

Por meio de infraestrutura, incentivos fiscais e creditícios, inaugurou-se uma fase de rápida ocupação do território, com a presença de empreendedores, especuladores e migrantes que, intermediados por ações intencionais do Estado, definiram uma nova ordem imposta ao território. É em face dessas estratégias que as cidades hoje cumprem importantes papéis, mobilizadas que são pelas políticas de desenvolvimento regional, como parte importante da difusão do fenômeno urbano no espaço amazônico.

São expressões interpretativas dessa urbanização difusa na Amazônia, a ideia de “floresta urbanizada”, de que tratou Becker (1995), apoiada na teoria da “fronteira urbana” e da fronteira econômica (BECKER, 1990)<sup>3</sup> que se expandiu para a Amazônia meridional e oriental; a de “urbanização desarticulada”, de que trataram Browder e Godfrey (2006), com estudos mais focados na urbanização decorrente da colonização agrária no Pará e em Rondônia, espaços para os quais defendiam um pluralismo conceitual com vistas a compreender a complexidade com que o processo de urbanização aí se manifestava<sup>4</sup>; a de “urbanização na

---

<sup>3</sup> Considerava a autora que a expansão da fronteira econômica se deu, em um primeiro momento, dentro de um contexto urbano, posto que o fluxo migratório não possuía um destino predominantemente rural. Nessa dinâmica, o urbano, como conteúdo socioespacial, tornou-se uma estratégia de ocupação do território sob determinada lógica de reprodução econômica e social, resultando em uma complexa e dinâmica organização do espaço. O processo de urbanização a partir da segunda metade do século XX foi relacionado pela autora à intensa mobilidade da força de trabalho, ambos explicados pela expropriação e dificuldade de acesso à terra, mas também pela migração, tida como condição de povoamento e de formação da força de trabalho para as novas relações que se desenhavam em nível regional (BECKER, 1990).

<sup>4</sup> Sugerem os autores uma teorização para a região com base no fato de que se trata de espaço social heterogêneo, constituído por diversos grupos étnicos e sociais, incapazes de serem interpretados por

selva”, sugerida por Oliveira (2000), ao fazer referência principalmente à Amazônia ocidental<sup>5</sup>, que também passou a ser espaço de uma nova forma de urbanização difusa; e a de “urbanização extensiva” ou “urbanização estendida”, abordada por Monte-Mór (2004, 2014a, 2014b), relacionando-a a diferentes padrões de assentamentos urbanos no espaço regional e que se tornaram boas expressões da difusão do modo de vida urbano no Brasil<sup>6</sup>.

## DA URBANIZAÇÃO DIFUSA ÀS CENTRALIDADES DIVERSAS

Uma das expressões do processo de urbanização difusa que se faz presente na Amazônia está relacionada à importância cada vez maior das cidades médias no quadro regional. Acompanhando a discussão que se desenvolve no interior da ReCiMe, é possível refletir a respeito da natureza dessas cidades na região, mostrando-se que, no caso amazônico, elas não se definem somente pelo seu quantitativo populacional, tampouco a partir do processo de modernização do território.

Antes, porém, é preciso deixar claro o que se está chamando de cidades médias em uma dada rede urbana. Elementos bem esclarecedores nesse sentido

---

um conceito único ou um princípio mestre. Seus sistemas polimorfos e irregulares de cidades apresentam funções diferencialmente articuladas com a economia mundial, em que a expansão agrícola e o desenvolvimento industrial não se dão de forma generalizada, mas pontualmente localizados, ainda que o crescimento da população urbana se manifeste por toda a região (BROWDER; GODFREY, 2006).<sup>5</sup> Ao não conceber a Amazônia como simples fronteira de recursos, posto que se trata de ideia associada à de “vazio demográfico”, o autor em referência discute a difusão do novo processo de urbanização na Amazônia ocidental, chamando a atenção para o fato de não lidar com esse processo situando-o apenas do ponto de vista econômico ou demográfico, ou colocando estes sempre em primeiro plano. Adverte sobre a necessidade de atentar para as resistências que diante deles se apresentam, assim como captar as transformações e a dimensão do espaço vivido, de forma a admitir múltiplas contradições sociais, políticas e econômicas que no espaço regional se manifestam. Chama a atenção ainda para o risco de ver as cidades amazônicas como partes de uma cultura mais geral, sempre se tomando como referências dimensões e complexidades de núcleos mais dinâmicos, em vez de partir do reconhecimento delas próprias.

<sup>6</sup> A exemplo do autor que o inspira, compreende a “urbanização extensiva” como um conjunto de manifestações do urbano que, conforme Lefebvre (1970), leva ao predomínio da cidade sobre o campo, materializando-se de diversas maneiras, a exemplo da segunda residência, da rodovia e da presença do supermercado. Todos esses elementos integram o tecido urbano, que se pode apresentar mais ou menos denso, mais ou menos espesso e ativo, a tal ponto de novas formas espaciais, como a agrovila, implicarem a possibilidade do desaparecimento de outras, como a da antiga aldeia (LEFEBVRE, 1970).

são apresentados por Sposito (2001a), autora em quem nossas reflexões buscam apoio conceitual, posto que, ao considerar as cidades médias como centros urbanos cuja natureza e perfil não estão restritos a um quantitativo demográfico e cujas localizações não estão circunscritas aos perímetros das aglomerações metropolitanas, convida-nos a pensar a natureza dessas cidades tendo em vista suas respectivas importâncias e suas situações geográficas estratégicas no cenário regional em que se inserem. Caracterizam-se, dessa forma, sobretudo pela relativa densidade de fixos e de fluxos que atendem não apenas a demandas locais, mas que são fruto de combinações de influências e determinações provenientes de escalas diferenciadas, incluindo-se a de nível global. Fala-se, assim, de centralidade, associando-a à importância dos fluxos (SPOSITO, 2001b), que muitas vezes se intensificam em decorrência de uns poucos fixos disponíveis.

Conforme já argumentamos a respeito (TRINDADE JR; RIBEIRO, 2009), no caso amazônico, não tem sido forçosamente a densidade dos fixos nessas cidades o elemento responsável por conferir-lhes importância nos últimos anos, mas principalmente a convergência de fluxos que as definem como verdadeiros “nós” da circulação de bens, de pessoas, de informações e de capitais, devido a uma dada disponibilidade de infraestrutura e a uma relativa densidade técnica, bem como a atividades econômicas, sociais e políticas que tendem a se concentrar em um determinado ponto do espaço regional.

Sustenta-se aqui, com base nas reflexões anteriores, que o patamar populacional, vinculado ao entendimento das cidades de porte médio, não nos auxilia, isoladamente, a definir e entender as cidades médias. Da mesma forma, a densidade técnica do território e o seu grau de modernização, normalmente associados a atributos econômicos, parecem insuficientes para situar a diversidade dessas cidades no Brasil e, mais especificamente ainda, no espaço amazônico. É dessa maneira que se busca chamar a atenção para três tipos de centralidades – a econômica, a política e a socioterritorial – que podem ajudar a entender o papel dessas

idades na Amazônia, atentando para as especificidades dessa região no território brasileiro, e ao mesmo tempo, pensar teoricamente as cidades médias para o conjunto do espaço nacional e sul-americano.

Para o caso amazônico, cada vez mais têm sido difundidas as centralidades econômicas, notadamente as associadas ao circuito superior da economia urbana, de que tratou Santos (1979), e cujos fluxos dizem respeito a atividades industriais, comerciais e de serviços de médio e de grande porte, motivadas, entre outras razões, pela exploração mineral e madeireira, pelos agronegócios e pelos econegócios. Esse tipo de centralidade, define, em grande medida, a importância de uma dada cidade em relação ao seu entorno imediato e mediato, conectando-a a espaços globais, mas há outras, ligadas ao circuito inferior da economia, que também definem densas relações, a despeito de suas frágeis verticalidades econômicas, haja vista a pouca presença de densidades técnicas nas sub-regiões onde se configuram. Em contraponto a isso, assumem importância as fortes densidades sociais e as intensas solidariedades orgânicas (SANTOS, 1994) que não são marcadas pelas novas relações capitalistas de produção e de circulação, mas que, ainda assim, sugerem a definição de núcleos urbanos como verdadeiros “nós” de circulação e de atividades que, como espaços relacionais (HARVEY, 1980) que são, alçam-se à condição de cidades médias em um dado contexto sub-regional.

Outra forma de pensar a importância de cidades intermediárias na região diz respeito às suas centralidades políticas. Estas não estão restritas apenas aos papéis exercidos por instituições e órgãos oficiais, estaduais e federais, ligados às decisões políticas que nelas se fazem presentes. Tais cidades sediam também importantes forças políticas, associações, representações sindicais, de classe e de categorias sociais diversas, que projetam movimentos de natureza política, tornando-as vitrines de interesses de agentes de peso regional, que, a partir delas, estabelecem projeções de novas territorialidades em nível sub-regional. São exemplos desses interesses, propostas de criação de novos estados da federação, como o de Carajás (sudeste do Pará), com sede política em Marabá, o de Tapajós (oeste

paraense), com sede política em Santarém, e do Xingu (sudoeste paraense), com sede política em Altamira, cujos papéis assumidos regionalmente são fruto de um novo ordenamento imposto à Amazônia e também ao processo de urbanização difusa que é produto, condição e meio para a configuração desse mesmo arranjo territorial.

A centralidade política parece estar presente também em outras cidades da Amazônia, como no caso de Tabatinga, cuja sub-região é objeto de proposta de constituição do território federal do Alto Solimões, e que forma, junto com Letícia, sua cidade gêmea na Colômbia, um importante centro regional da Pan-Amazônia.

De qualquer maneira, essa centralidade não se circunscreve apenas à realidade amazônica, mas tem a ver com novos esquemas de modernização territorial a que está sujeito o espaço brasileiro e sul-americano, de tal forma que é um tipo de centralidade que está presente no centro-sul brasileiro, como no caso de Uberlândia/MG, diante da proposição de criação do Estado do Triângulo Mineiro, e no Nordeste, como no caso de Barreiras/BA, onde as forças políticas locais postulam o surgimento do Estado do São Francisco, fruto, em grande parte, da dinâmica econômica do agronegócio presente no oeste baiano.

Outras situações de centralidade política de cidades médias também se expressam no Brasil, ainda que não necessariamente vinculadas à criação de novos estados da federação, a exemplo do que ocorre com Campina Grande, na Paraíba, cujas forças políticas locais tendem a territorializar seus interesses e demandas em face daqueles outros sediados na capital estadual, João Pessoa.

Afora essas expressões de centralidade urbana, é possível reconhecer na Amazônia brasileira o que se poderia chamar de centralidades socioterritoriais, que respondem notadamente a uma demanda de fluxos relacionada à lógica de relativa proximidade e de contiguidade geográfica e, igualmente, de demandas e fluxos para além de necessidades econômicas e de interesses eminentemente po-



líticos. Esta é a razão pela qual considerar as “horizontalidades” e as “solidariedades orgânicas”, de proximidade e de demandas endógenas, nos termos a que se refere Santos (1996), não deixou de ser importante para compreender as formações urbanas e as cidades médias, no atual período histórico.

Trata-se, na verdade, de um contraponto em face das “verticalidades” ou das articulações extrarregionais dinamizadas por “solidariedades organizacionais”, de natureza corporativa, de que também tratou aquele autor (SANTOS, 1994, 1996), ainda mais se levarmos em conta a força das coexistências e das tensões muito presentes na configuração das particularidades dos espaços sub-regionais amazônicos.

Tal noção de centralidade, que permite uma leitura da Amazônia para além de circuitos econômicos modernos e de interesses políticos que projetam relações de poder com base na fragmentação e na urbanização difusa do território, tem-se assentado em três contribuições importantes de autores da Geografia. A primeira é a ideia de espaço relacional, de Harvey (1980), que considera o urbano como produção social e o torna parte de um conjunto socioespacial que define seus conteúdos, vinculando-os a realidades mais amplas e nelas os contextualizando:

Há várias maneiras pelas quais podemos pensar a respeito do espaço, e é basicamente dele que se deve formular uma concepção correta quando se deseja compreender o fenômeno urbano e a sociedade em geral [...]. Se tomamos o espaço como absoluto ele se torna uma “coisa em si mesma” com uma existência independentemente da matéria. Ele possui então uma estrutura que podemos utilizar para classificar ou para individualizar fenômenos. A caracterização de um espaço relativo propõe que ele deve ser entendido como uma relação entre objetos, a qual existe somente porque os objetos existem e se relacionam. Há outra aceção segundo a qual o espaço pode ser tomado como relativo, e proponho chamá-lo espaço relacional – espaço tomado, à maneira e Leibniz, como estando contido em objetos, no sentido de que um objeto existe somente e na medida em que contém e representa dentro de si próprio as relações com outros objetos. (HARVEY, 1980, p. 4-5, grifos do autor).

A relação cidade-região na Amazônia parece ser melhor interpretada com base nessa ideia de espaço relacional, sob pena de pensarmos suas cidades desvinculadas dos reais e particulares processos e relações que nela se fazem presentes, não obstante a importância das dinâmicas mais gerais que nesse espaço ganham igualmente particularidade.

Articulada a essa noção, uma segunda contribuição ganha importância no sentido de compreendermos as cidades médias amazônicas e de pensarmos as centralidades socioterritoriais aqui sugeridas. Trata-se da proposição de modelo cívico de território de Santos (1987), que discute lógicas e ordenamentos territoriais que não apenas se contraponham a modelos hegemônicos e dominantes, mas que subordinem modelos econômicos e políticos, posto que estes são concebidos de forma a negar a cidadania: um modelo econômico, tomado isoladamente, e por melhor que ele pareça, não bastará para que os grandes problemas da nação sejam solucionados. A sociedade é mais que a economia. Um modelo que apenas se ocupe da produção em si mesma (ainda que as diversas instâncias produtivas estejam incluídas: circulação, distribuição, consumo), nem mesmo para a economia será operacional. A sociedade também é ideologia, cultura, religião, instituições e organizações formais e informais, território, todas essas entidades sendo forças ativas. O econômico pode parecer independente em seu movimento, mas não o é. A interferência das demais entidades que formam o corpo da nação corrige ou deforma ou, simplesmente, modifica as intenções do planejamento econômico, sobrepondo-lhe a realidade social.

É do modelo político, considerado como abrangente de todas as ações que se dão num território [...] que se deveria ou poderia esperar um tratamento sintético dessas variáveis interdependentes, com a formulação de projetos de nação [...]. Como a vida política mantém sua própria lógica e os partidos são instituições reais, institucionaliza-se um estado de coisas incapaz de levar a mudanças positivas, já que a tão buscada representatividade se torna cada vez mais distante de ser atingida [...].

Mudar o modelo econômico, ou o modelo político, tal como é praticado, de nada valerá se um novo modelo cívico não se instala [...]. Todo nosso esforço deve estar empenhado na codificação desse modelo cívico, não mais subordinado ao modelo econômico,

como até agora se deu, mas um modelo cívico que oriente a ação política e alicerce a solidariedade social e ao qual o modelo econômico e todos os demais modelos sejam subordinados. (SANTOS, 1987, p. 95-97, 100).

Tal como o modelo atual de ordenamento territorial, nossas apreensões e abstrações tendem a reconhecer centralidades urbanas com forte viés econômico. No caso amazônico, não foram raras as vezes em que se sustentou a inexistência de uma rede urbana propriamente dita, ou mesmo, quando esta foi reconhecida, buscou-se caracterizá-la como sendo anômala, dando-se pouca atenção a outros conteúdos, processos e formas espaciais que marcam as particularidades desse espaço regional.

Para o nível e a natureza de cidades aqui levadas em conta, sustenta-se a existência de centralidades urbanas que não se configuram somente a partir dos modelos econômicos ou políticos, pautados na intensa modernização territorial, mas também que desenham, de forma mais ou menos espontânea, formas e concentrações urbanas associadas em grande medida a demandas e a solidariedades orgânicas presentes no conteúdo territorial. Isso sugere pensarmos, portanto, a existência de cidades médias que são, do ponto de vista da coerência territorial, “organicamente solidárias” e não “organizacionalmente solidárias”, para utilizarmos duas ricas noções apreendidas das contribuições de Santos ao discutir horizontalidades e verticalidades:

trata-se de entender essa nova forma de solidariedade entre os lugares que tanto se pode dar a partir de contiguidades e continuidades, como da ação empreendida a partir de pontos distantes, mas não isolados [...]. Nessas condições, as verticalidades aparecem como vetores da modernidade mais moderna, transportadores de uma racionalidade superior, veículos do discurso pragmático dos setores hegemônicos [...]. Quanto às horizontalidades tanto elas podem ser o lugar da finalidade imposta de fora, de longe ou de cima, quanto o da contrafinalidade. Neste caso, elas são o palco de um cotidiano conforme, mas não conformista, o lugar da cegueira e da descoberta, da complacência e da revolta. (SANTOS, 1994, p. 105).

Por fim, a corroborar com essas ideias de Milton Santos, que nos ajudam a entender a complexidade regional amazônica e brasileira, há a contribuição de Bitoun (2009) sobre a noção de “responsabilidade territorial”, muito utilizada também pelos pesquisadores do Núcleo de Estudos e Pesquisas das Cidades da Amazônia Brasileira (NEPECAB), da Universidade Federal do Amazonas, para situar as cidades para além de seus papéis econômicos e políticos, notadamente em realidades de pouca densidade técnica e modernização territorial:

algumas cidades brasileiras [...] são, pela distância que as separam de quaisquer outras cidades, os únicos recursos “urbanos” para populações dispersas em grandes espaços do Brasil central e ocidental. Segundo a equipe do Observatório Pernambuco, a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano precisava considerar essas cidades importantes, independentemente do seu tamanho populacional e funcional, exatamente pela falta de alternativas para as populações circunvizinhas [...]. A política urbana deveria adaptar-se dando resposta ao urbano disperso e isolado presente no Brasil central e ocidental. Precisava considerar que, por falta de alternativas, essas cidades exerciam uma “responsabilidade territorial” peculiar. (BITOUN, 2009, p. 32).

A noção de cidades de “responsabilidade territorial”, portanto, parece se aproximar à leitura de modelo cívico de território que se faz presente em Santos (1987) e que, em muito, põe o acento em outros conteúdos socioespaciais não necessariamente marcados pela modernização econômica do território ou pelo jogo político que confere importância diferenciada às cidades dentro de um dado contexto regional, conforme se propõe para algumas cidades amazônicas, tendo em vista o interesse de reconhecimento de novas unidades da federação.

Tais noções – a de “espaço relacional”, a de “modelo cívico do território” e a de cidades de “responsabilidade territorial” – ajudam, em conjunto, a refletir sobre outras formas possíveis de entender as centralidades, que sejam capazes de dar sentido às cidades médias em contextos territoriais diferenciados e complexos. Se consideradas para a leitura de diversas realidades de núcleos urbanos com importância sub-regional, um leque mais significativo de cidades médias – que não

são, portanto, de pequeno porte simplesmente –, pode ser revelado, indicando a natureza plural de cidades intermediárias que inclui parâmetros econômicos, políticos e cívicos de inserção e de importância no ordenamento territorial do qual fazem parte.

### **À GUIA DE CONCLUSÃO: DAS DIFERENTES CENTRALIDADES À URBANODIVERSIDADE TERRITORIAL**

A noção de centralidade política e socioterritorial, tratada a partir da realidade amazônica, é também uma tentativa de alinhar contribuições para uma leitura mais plural e menos etnocêntrica e geocêntrica da diversidade territorial brasileira. Sustenta-se, nesse caso, a noção de urbanodiversidade para pensar a cidade e o urbano na Amazônia, de forma a acompanhar as discussões sobre a necessidade de conceber uma Amazônia urbana, plural e diversa, à semelhança do que se pensa em relação à biodiversidade e à sociodiversidade, em contraponto à visão de região homogênea que sempre foi reservada à Amazônia, sob as perspectivas de vários atores sociais e mesmo, algumas vezes, sob o ponto de vista da ciência.

Diferentemente do caminho trilhado pelas políticas territoriais voltadas para o espaço amazônico, sugere-se uma leitura da diversidade urbana que se pautar na análise crítica da interação cidade-região, chamando a atenção para outras abordagens do urbano e do desenvolvimento. Nesse sentido, visualiza-se a coexistência de tempos e de espaços diversos e, concomitantemente, fazem-se contrapontos a um modelo único de políticas públicas que insistem em negar as particularidades e singularidades da Amazônia, em nome da edificação de cidades modernas e distantes das verdadeiras potencialidades ecológicas e socioculturais locais e regionais.

Busca-se afirmar haver uma concepção homogênea de cidade que domina as políticas territoriais na Amazônia, em contraponto a outras que levam em conta

as experiências cotidianas de vida urbana com o entorno. Estas últimas experiências e práticas socioespaciais são normalmente invisibilizadas nas políticas oficiais, conforme se constatou empiricamente em estudos feitos em realidades sub-regionais da Amazônia oriental, onde pudemos desenvolver pesquisas. Daí a necessidade de considerar, do ponto de vista do argumento científico e das políticas públicas regionais, a ideia de cidades para a região, de forma a se contrapor às políticas urbanas homogeneizantes e a se distanciar de uma visão essencialista, a recompor um tempo congelado a que se poderia remeter quando se fala das cidades do passado.

Busca-se, ao contrário, avançar na valorização da existência humana nas cidades amazônicas, considerando vivências, culturas, vidas cotidianas e potencialidades de reprodução econômica e social, pautadas notadamente na qualidade de vida e em atributos qualitativos, e não unicamente nos índices quantitativos, estandardizados, que medem os padrões de vida em diferentes pontos da superfície do planeta, sem considerar suas singularidades locais e suas particularidades regionais, conforme também chama a atenção Souza (2000), ao estabelecer a diferenciação entre padrão de vida e qualidade de vida. A noção de urbanodiversidade, que se sustenta no argumento da produção desigual e diferenciada do espaço, caminha nessa direção.

## REFERÊNCIAS

AMAZONAS. Governo do Estado. Secretaria de Estado de Educação e Qualidade de Ensino. *Ciências humanas e suas tecnologias: História, Geografia, Filosofia e E.P.A. Ensino médio – 3ª Série - 1º Semestre*. Manaus: Novo Tempo, s.d.

BECKER, Bertha. *Amazônia*. São Paulo: Ática, 1990.

\_\_\_\_\_. Undoing myths: the Amazon – an urbanized forest. In: CLÜSENER-GODT, Miguel; SACHS, Ignacy. (Orgs.). *Brazilian perspectives on sustainable development for the Amazon region*. Paris: UNESCO, 1995. v. 15. p. 53-89.

\_\_\_\_\_. Novos rumos da política regional: por um desenvolvimento sustentável da fronteira amazônica. In: BECKER, Bertha; MIRANDA, Mariana (Orgs.). *Geografia política do desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997. p. 421-443.

\_\_\_\_\_. *Amazônia: geopolítica na virada do III milênio*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

BITOUN, Jan. Tipologia das cidades brasileiras e políticas territoriais: pistas para reflexão. In: BITOUN, Jan; MIRANDA, Livia. (Orgs.). *Desenvolvimento e cidades no Brasil: contribuições para o debate sobre as políticas territoriais*. Recife: FASE, 2009. p. 17-44.

BROWDER, John; GODFREY, Brian. *Cidades da floresta: urbanização, desenvolvimento e globalização na Amazônia brasileira*. Manaus: EDUA, 2006.

CORRÊA, Roberto L. A periodização da rede urbana da Amazônia. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 4, n.3, p. 39-68, jul./set. 1987.

DROULERS, Martine. *L'Amazonie: vers um développement durable*. Paris: Armand Colin, 2004.

HARVEY, David. *A justiça social e a cidade*. São Paulo: Hucitec, 1980.

LEFEBVRE, Henri. *La révolution urbaine*. Paris: Gallimard, 1970.

MACHADO, Lia O. Urbanization et marché du travail en Amazonie brésilienne. In: DIAS, Leila; RAUD, Cécile (Orgs.). *Villes et régions au Brésil*. Paris: L'Harmatan, 2000. p. 165-191.

MIRANDA, Rogério R. *Interfaces do rural e do urbano em áreas de colonização antiga na Amazônia: estudo de colônias agrícolas em Igarapé-Açu e Castanhal (PA)*. 2009. 212f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2009.

MONTE-MÓR, Roberto L. de M. Urbanização e modernização na Amazônia contemporânea. In: LIMONAD, Ester; HAESBAERT, Rogério; MOREIRA, Ruy. (Orgs.). *Brasil, século XXI: por uma nova regionalização? Agentes, processos e escalas*. São Paulo: Max Limonad, 2004. p. 112-122.

\_\_\_\_\_. Extended urbanization and settlement patterns in Brazil: an environmental approach. In: BRENNER, Neil (Ed.). *Implosions/explosions: towards a study of planetary urbanization*. Berlin: Jovis, 2014a, p. 109-120.

\_\_\_\_\_. What is the urban in the contemporary world?. In: BRENNER, Neil (Ed.). *Implosions/explosions: towards a study of planetary urbanization*. Berlin: Jovis, 2014b, p. 260-267.

OLIVEIRA, José A. *Cidades na selva*. Manaus: Valer, 2000. 224 p.

PORTO-GONÇALVES, Carlo W. *Amazônia, amazônias*. São Paulo: Contexto, 2001. 178 p.

SANTOS, Milton. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

\_\_\_\_\_. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987.

\_\_\_\_\_. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec, 1988.

\_\_\_\_\_. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994.

\_\_\_\_\_. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SOUZA, Marcelo L. de. *O desafio metropolitano: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

SPOSITO, Maria E. B. As cidades médias e os contextos econômicos contemporâneos. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *Urbanização e cidades: perspectivas geográficas*. São Paulo: UNESP, 2001a. p. 609-643.

\_\_\_\_\_. Novas formas comerciais e redefinição da centralidade intra-urbana. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *Textos e contextos para a leitura geográfica de uma cidade média*. Presidente Prudente: GASPEER/UNESP, 2001b. p. 235-253.

TRINDADE JR., Saint-Clair C. da. Pensando sobre a modernização do território e a urbanização difusa na Amazônia. *Mercator*, Fortaleza, vol. 14, n. 4, p. 93-106, dez. 2015.



TRINDADE JR., Saint-Clair C. da; RIBEIRO, Rovaine. Marabá: novos agentes econômicos e novas centralidades urbano-regionais no sudeste paraense. In: TRINDADE JR., Saint-Clair C. et alii (Orgs.). *Pequenas e médias cidades na Amazônia*. Belém: ICISA/UFPA, 2009. p. 333-359.